

APRESENTAÇÃO

Este número de *Perspectivas* inicia-se com o texto “Os três ciclos da sociedade e do Estado”, de Luiz Carlos Bresser-Pereira, no qual se procura recuperar o que o autor chama de ciclos e pactos políticos que organizaram a sociedade brasileira desde o seu processo de independência. Para Pereira, os três primeiros pactos, a despeito de suas diferenças, são marcados por uma perspectiva desenvolvimentista e se articulam com o objetivo de construir um projeto nacional. Em sua interpretação, nos anos 1990 as elites brasileiras teriam abdicado dessas metas, contrariando assim quase toda história republicana do país, ao se renderem à hegemonia neoliberal. Não obstante, desde meados dos anos 2000, teria ocorrido uma inversão nessa tendência, na medida em que o governo brasileiro e o debate intelectual voltaram a colocar na pauta a ideia de nação e a questão do desenvolvimento. O principal argumento de Bresser-Pereira destaca que tanto as elites quanto a sociedade brasileira são “nacional-dependentes”, isto é, ambíguas e contraditórias, só podendo ser expressas por uma espécie de oxímoro. A elite é dependente porque frequentemente se vê como “europeia” e “civilizada”, atribuindo ao povo uma condição de inferioridade. A despeito desse traço cultural e ideológico, Bresser-Pereira considera que, pela grandeza do mercado interno do país e pela maturidade institucional atingida pelo Estado brasileiro, criaram-se as condições para levar essa elite a ser nacional. Em sua avaliação, ao mesmo tempo em que teria ocorrido um retorno da preocupação desenvolvimentista, estaria se produzindo uma síntese nova entre os dois últimos ciclos políticos vividos pelo país (entre o ciclo nação e desenvolvimento e o ciclo democracia e justiça social), criando-se assim as condições para um projeto nacional efetivamente inovador para os próximos anos.

O texto seguinte, de João Marcelo Ehlert Maia e de Gabriela de Brito Caruso, está centrado na preocupação com a possibilidade de se criar um pensamento e uma sociologia

autônoma em condições periféricas. Nesse sentido, não deixa de ter um caráter complementar ao texto de Bresser-Pereira, já que o que move os autores é a percepção de que ainda que a sociologia dos intelectuais tenha efetivado contribuições significativas ao campo das ciências sociais, no que se refere a análise das condições específicas de formação intelectual em contextos não-ocidentais e/ou periféricos, ela continua deixando muito a desejar. Procurando avançar nessa senda, os autores realizam um estudo de caso da trajetória intelectual de Syed Hussein Alatas (1928-2007), sociólogo malaio que foi pioneiro das ciências sociais no Sudeste Asiático. Para realizar seus objetivos, comparam a argumentação presente em seus escritos de juventude sobre islamismo e política com os temas elaborados em seu livro mais celebrado, *The Myth of the Lazy Native*, de 1977. A hipótese central que os orienta sustenta que o pensamento de Alatas sobre o pós-colonialismo, o imperialismo e a mente cativa tem sua gênese na argumentação sobre os princípios da religião islâmica, se desdobrando na perspectiva de que com essas formulações o autor desafia pressupostos clássicos da sociologia dos intelectuais, que destacam o peso da secularização e da autonomização do campo acadêmico como imprescindíveis para a formação dos intelectuais modernos.

O segundo bloco de artigos concentra-se em questões políticas contemporâneas e trata de dois temas pouco analisados pela literatura. O primeiro texto, "O judiciário trabalhista brasileiro e a questão da terceirização dos serviços", de Alisson Droppa e Walter Oliveira, através da recuperação da recente utilização de processos judiciais trabalhistas como fontes de pesquisa, pretende demonstrar que através da articulação entre ciência política, história e direito é possível chegar a excelentes resultados analíticos e compreender aspectos políticos, sociais e econômicos muitas vezes negligenciados. Em sua avaliação, nesse tipo de fontes, encontram-se elementos preciosos para se examinar importantes fenômenos recentes, como, por exemplo, a terceirização de serviços pela indústria de celulose e de papel, na década de 1990, bem como a consequente atuação do Judiciário e a responsabilidade do Estado frente à efetivação dos direitos dos trabalhadores. Confirmando a bibliografia especializada, os autores consideram que a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 teria ocorrido um amplo e profundo processo de deslocamento de poder do Legislativo para os

tribunais, transformando questões políticas em jurídicas. Com base nesse reconhecimento, o artigo examina o papel do Judiciário Trabalhista brasileiro, enquanto instituição política estatal, no processamento e julgamento das ações que têm por objeto as relações de trabalho, dando especial atenção à terceirização de serviços pelas grandes empresas.

O artigo seguinte, "Regime militar e sistema político brasileiro: a origem da candidatura nata", de Álvaro Barreto e Juliane Sant'Ana Bento, discute um tema pouco analisado pela literatura especializada: a existência da candidatura nata no sistema político brasileiro. Os autores procuram mostrar que o direito de um parlamentar concorrer, no pleito subsequente, ao cargo que ele já ocupava foi introduzido na legislação eleitoral brasileira ainda durante a ditadura militar, nas eleições de 1974. De acordo com a pesquisa realizada por eles, a candidatura nata teria surgido como uma proposta dos próprios parlamentares, notadamente os vinculados à Aliança Renovadora Nacional (o partido de apoio ao regime militar), com o objetivo de protegê-los das direções de seus próprios partidos. Para a elaboração do texto, os autores consultaram as atas das sessões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e as cotejaram com as interpretações presentes na produção bibliográfica sobre o tema.

O terceiro bloco temático está centrado na teoria social e conta com três artigos. O primeiro, "O conceito de dependência da trajetória (*path dependence*): definições e controvérsias teóricas", de Bruno Boti Bernardi, tem por objetivo mapear as principais diferenças e controvérsias entre os autores que trataram do conceito de dependência da trajetória. Para isso, analisa o modo como o tema foi abordado inicialmente pela teoria econômica histórica, dando destaque às mudanças introduzidas no conceito ao ser incorporado pelo debate no campo da Ciência Política. Ao tentar desvendar como, de fato, a história importa, divergências consideráveis surgem entre os autores na definição de mecanismos explicativos, na importância concedida ao tema da contingência e na própria especificação dos tipos de sequências de eventos que poderiam ser consideradas como dependentes da trajetória.

O texto seguinte, de Antonio Paulino de Sousa, resulta de pesquisas desenvolvidas pelo autor sobre a obra de Pierre Bourdieu e se propõe a recuperar uma dimensão fundamental para entender seu pensamento: estabelecer as necessárias relações

entre sociologia econômica e história. Para Paulino de Sousa, a sociologia econômica praticada por Bourdieu tem especial interesse pela gênese das categorias instituição e mercado. Nesse sentido, a história econômica revelaria de modo cabal a interação entre Estado e mercado, mostrando-se decisiva não só para a constituição dos agentes econômicos como também para o estabelecimento do próprio *habitus* dos atores sociais. Do mesmo modo, ao desenvolver sua sociologia econômica, Bourdieu não só revelaria as contradições implícitas na emergência dos mercados como também se aproximaria da teoria da regulação.

O texto seguinte, de Fabrício Maciel, procura reconstruir o que considera ser um conjunto de ambiguidades das instituições modernas a partir da obra de Pierre Bourdieu. Primeiramente, foca o que seriam as ambiguidades da ciência, em seguida reconstrói as ambiguidades do Estado moderno, para finalizar colocando em tela a função e a ambiguidade específicas do sistema escolar, entendido como campo relativamente autônomo do próprio Estado. Na avaliação do artigo, a articulação entre essas ambiguidades sugere caminhos para o esclarecimento de um “circuito de legitimação” moderno, composto principalmente, mas não apenas, pela ciência nacional e pelo Estado, através do sistema escolar. Esta compreensão se apresenta como um caminho possível para se efetivar uma crítica que supere a naturalização das desigualdades sociais contemporâneas, bem como da dominação de classe que lhe dá sustentação.

O Diretor